

ISSN: 1982-310X



REVISTA DIGITAL

CONSTITUIÇÃO
E GARANTIA
DE DIREITOS

Volume 17 Número 1 Janeiro/Junho 2024

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN

Reitor: José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor: Henio Ferreira de Miranda

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA

Diretora: Maria Lussieu da Silva

Vice-Diretora: Pamela de Medeiros Brandão

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD

Coordenador: Thiago Oliveira Moreira

Vice-coordenador : Fabricio Germano Alves

EDITOR-CHEFE

Prof. Dr. Thiago Oliveira Moreira - UFRN

EDITOR ADJUNTO

Prof. Dr. Fabrício Germano Alves - UFRN

COMISSÃO EDITORIAL

Hermínia Boracini Costa Silva - UFRN

Bruna Leticia da Silva - UFRN

CONSELHO CIENTÍFICO

Prof. Dr. Edilton Meireles de Oliveira - UFBA

Prof. Dr. Eloy Pereira Lemos Junior - FUIT

Prof. Dr. Flávio Couto Bernardes - PUC Minas e UFMG

Prof. Dr. Luiz Manoel Gomes Junior - UNIPAR e FUIT

Prof. Dr. Manuel Munhoz Caleiro - UEMS

Prof. Dr. Wagner Vinícius de Oliveira - UFT

Prof.^a Dr.^a Cleide Calgaro - UCS

Prof.^a Dr.^a Marisa Rossignoli - UNIMAR

EDIÇÃO DA CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Bruna Leticia da Silva - UFRN

Revista Digital CONSTITUIÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS

ISSN: 1982-310X



REVISTA DIGITAL

CONSTITUIÇÃO
E GARANTIA
DE DIREITOS

RDCGD, Natal, v. 17, n. 1 2024

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO



Esta licença permite o uso, distribuição e adaptação, desde que sejam respeitados os princípios de atribuição, uso não comercial e compartilhamento sob os mesmos termos.

EDITOR-CHEFE

Dr. Thiago Oliveira Moreira - UFRN

EDITOR ADJUNTO

Dr. Fabrício Germano Alves - UFRN

COMISSÃO EDITORIAL

Hermínia Boracini Bichinim Costa Silva - UFRN
Bruna Leticia da Silva - UFRN

CONSELHO CIENTÍFICO

Prof. Dr. Edilton Meireles de Oliveira - UFBA
Prof. Dr. Eloy Pereira Lemos Junior - FUIT
Prof. Dr. Flávio Couto Bernardes - PUC Minas e UFMG
Prof. Dr. Luiz Manoel Gomes Junior - UNIPAR e FUIT
Prof. Dr. Manuel Munhoz Caleiro - UEMS
Prof. Dr. Wagner Vinícius de Oliveira - UFT
Prof.^a Dr.^a Cleide Calgaro - UCS
Prof.^a Dr.^a Marisa Rossignoli - UNIMAR

EDIÇÃO DA CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Bruna Leticia da Silva - UFRN



QUALIS - CAPES: A4

ENDEREÇO

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Av. Sen. Salgado Filho, 3000, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59078-970.
Campus Universitário Central, Centro de Ciências Sociais Aplicado - CCSA,
Prédio do Núcleo de Práticas Jurídicas e do Programa de Pós-Graduação em Direito, Térreo.

CONTATO

(84) 3342-2228 (ramal 102)

E-MAIL

constituicaoegarantia@gmail.com

Revista Digital
CONSTITUIÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS

Editorial



A “defesa do consumidor” foi instituída na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 tanto como um direito fundamental (art. 5º, inciso XXXII), quanto com um dos princípios norteadores da ordem econômica (art. 170, inciso V).

O principal diploma normativo que trata das relações de consumo no âmbito infraconstitucional é a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor (CDC), inaugurando no Brasil um verdadeiro microsistema normativo de proteção e defesa do consumidor. Esse Código estabelece princípios, direitos e deveres para proteger o consumidor, que é considerado a parte mais vulnerável na relação de consumo.

A defesa do consumidor pode ser concretizada a partir da tutela individual ou coletiva, sendo que esta última tem um maior potencial de efetividade em razão de sua capacidade de abranger uma grande quantidade de pessoas com uma só ação.

Uma única violação a determinados direitos do consumidor pode ensejar uma tripla responsabilização dos fornecedores, a saber, no âmbito civil, penal e administrativo. O primeiro diz respeito geralmente ao pagamento de uma indenização, a título de reparação civil por um dano causado. O segundo é voltada para os casos em que o próprio Código de Defesa do Consumidor ou outra disposição normativa define como crime contra as relações de consumo. O terceiro é pode ser visualizado na atuação dos órgãos que possuem poder de polícia para aplicarem sanções administrativas, a exemplo dos PROCONs.

Com a evolução do mercado e o crescimento das transações digitais, o Direito das Relações de Consumo também enfrenta novos desafios, como a regulamentação do comércio eletrônico, a proteção de dados e o superendividamento dos consumidores. Dessa forma, esse ramo do Direito busca continuamente adaptar-se às mudanças econômicas e tecnológicas, garantindo proteção e equilíbrio nas relações de consumo.

Nesse contexto, justifica-se a Edição Especial denominada "Constituição, Ordem Econômica e Relações de Consumo" para a Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRN, denominada Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos (RDCGD).

Fabrcio Germano Alves
Editor Adjunto



- 07 REVISITANDO O CONCEITO DE PROGRAMA ILUMINISTA: UMA MANEIRA DE ULTRAPASSAR A OPOSIÇÃO ENTRE CÓDIGO CIVIL E CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**
Elpídio Paiva Luz Segundo
- 29 REPERCUSSÕES DA ECONOMIA AMBIENTAL NEOCLÁSSICA E ECOLÓGICA NO DIREITO DO CONSUMIDOR**
Cintya Leocadio Dias Cunha
Waleska Malvina Piovan Martinazzo
- 51 USO INDEVIDO DE MARCAS NA PUBLICIDADE PARASITÁRIA DESENVOLVIDA NAS MÍDIAS SOCIAIS COMO CRIME DE CONCORRÊNCIA DESLEAL**
Fabrício Germano Alves
Hellen Dayane Dias Souza
Pedro Henrique da Mata Rodrigues Sousa
- 72 A POSSIBILIDADE DE OFERECIMENTO DE MERCADORIA INDISPONÍVEL E NÃO CUMPRIMENTO DA OFERTA COMO INFRAÇÃO À ORDEM ECONÔMICA**
Priscilla de Araújo Campos Nóbrega
Marco Bruno Miranda Clementino
- 87 O PAPEL DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 NA REGULAMENTAÇÃO DA ORDEM ECONÔMICA E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO**
Deise Neves Nazaré Rios Brito
Alexandre Rodrigues
Paulo Roberto Batista da Costa Júnior



113 BUSINESS INTELLIGENCE E O DIREITO À PRIVACIDADE:
APLICABILIDADE DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NAS RELAÇÕES
DE CONSUMO

Jorge Fabricio dos Santos
Cláudio Fernando de Souza Santos Junior
Roberto Magno Reis Netto

134 TELEMARKETING ABUSIVO: MECANISMOS DE INIBIÇÃO E
REPRESSÃO NA LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA BRASILEIRA

Vinicius de Negreiros Calado
Domingos Gustavo Xavier de Albuquerque
Alexandre Moura Alves de Paula Filho

154 CONCILIAÇÃO JUDICIAL ENTRE LITIGANTES EVENTUAIS E
REPETITIVOS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS

Anna Luiza Massarutti Cremonezi
Patrícia Ayub da Costa
Amanda Ferreira Nunes Rodrigues

176 JOGOS DE AZAR E DE APOSTAS DE QUOTA FIXA ON-LINE:
REFLEXÕES SOBRE A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR-APOSTADOR

Cristina Stringari Pasqual
Geórgia Manfroi

194 PANORAMA DA INDENIZABILIDADE DO TEMPO DESPERDIÇADO
PELO CONSUMIDOR NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES JURÍDICAS DE
CONSUMO

Elizabeth da Silva Guimarães
Humberto João Carneiro Filho